



GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

Celso João Carminati

**Universidade do Estado de Santa Catarina
Centro de Ciências Humanas e da Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação**

1. Bases legais e documentais

- Demarcação entre esfera pública - privada - CF de 1891 – separação Estado e Igreja.
- Porém o decreto nº. 19.941 de 30 de abril de 1931, instituiu o ensino religioso nos cursos primário, secundário e normal, assim como nas CF de 1934/37 e 1946.
- Constituição Federal de 1988 demarcou os campos entre Estado e Igreja e definiu a educação como um direito social e que a forma de gestão da educação brasileira deve ser democrática e participativa.
- LDB nº 9.394/96, define a gestão democrática como um princípio fundamental da educação pública.

A LDB destaca ser fundamental:

- A participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- A participação das comunidades, escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

- 
- Documento do MEC/SEB de 2004 (p. 26), propõe o fortalecimento dos Conselhos Escolares, o trabalho coletivo, partilhamento do poder, o diálogo e o respeito às diferenças, etc...
 - Decorrem deste movimento, diversos documentos orientando as escolas à iniciativas com participação da comunidade;
 - O PPP de cada escola - eixos norteadores para a gestão e o trabalho pedagógico;
 - As eleições para diretores, para APPs, Conselhos de Escola.

2. A Gestão democrática – concepções, espaços e práticas

- A democracia é um exercício, uma prática cotidiana.
- Se a relação do professor com os alunos é autoritária dificilmente será democrática com a comunidade.
- “Sem a transformação na prática das pessoas não há sociedade que se transforme de maneira consistente e duradoura” (PARO, 1997, p. 18).

- 
- Como garantir que uma gestão seja democrática, se temos uma história curta de democracia, se temos na sociedade e na escola pessoas com diferentes formações, intenções e interesses? Se temos uma escola que apenas cumpre com a burocracia?
 - Como agir diante dos movimentos mundiais privados que querem instituir “gerentes” nas escolas públicas?
 - O professor (Paro, 1997, p. 27) identificou numa pesquisa sobre os obstáculos e potencialidades sobre a participação da população na escola pública, que além dos fatores estruturais como as próprias condições de trabalho e de vida da população, **a resistência da instituição escolar a essa participação.**

- 
- A gestão democrática na escola depende da formação dos professores, a abertura aos diferentes, do compromisso ético-político-pedagógico, de regras e pessoas que respaldem, pensam e agem democraticamente.
 - De governantes e Secretarias de Educação e equipes que vivam a democracia e que a tomam enquanto um valor maior. Da participação, diálogo e a esperança (Paulo Freire).
 - O que nos diz nosso grande educador Paulo Freire?

- “Como posso dialogar, se me sinto participante de um gueto de homens puros, donos da verdade e do saber, para quem todos os que estão fora são ‘essa gente’”? (Freire, 1987, p. 80)
- “Não há também diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens”. (Freire, 1987, p. 81)

3. Eleições x gestão democrática

- Vive-se com o valor difundido de que a gestão democrática significa que um grupo ao ganhar uma eleição, realiza a gestão democrática.
- Mas a eleição do/a diretor/a garante a gestão democrática?
- Não. Se este/a não viver intensamente os plenos sentidos de democracia.
- Sim. Se este/a acreditar no valor da democracia, do diálogo e crie espaços para participação e realização de uma gestão ampliada, democrática e, compartilhada.
- Alternativa: apostar num modelo em que o poder não seja do diretor, mas da escola (partilha de responsabilidade – não gerenciamento), respaldado num projeto ético-político-pedagógico.

4. Relações públicas x privadas

- Os desafios até os dias atuais:
 - descolonizar da esfera pública, invadida pela esfera privada. (Baumann, 2001, p. 62);
 - superar a herança do poder patriarcal;
 - construir o Estado público - dominado pela cultura patrimonialista;
 - isto requer mais iniciativas do poder público, da esfera pública e por isto ela precisa ser defendida, para não ser privatizada, a fim de garantir a liberdade individual coletiva e a emancipação humana.

- Neste sentido, o desafio para professores, intelectuais, gestores, comunidade e alunos, vem sendo o compromisso de traduzir os problemas individuais/privados em questões públicas, e interesses públicos, no sentido expresso por Baumann (2001), “de recoletivizar as utopias”.
- Recuperar na escola, enquanto local de trabalho, a alegria da vida, do estudo, da participação, das lutas sociais, dos direitos e dos valores, pois democratizar o poder é essencial.
- Aperfeiçoar ou criar novos mecanismos de participação, autonomia, descentralização.
- Apostar nessa “Instituição”, não organização ou empresa, como espaço da vida, da cultura, do conhecimento, pois na maioria das vezes é o único lugar diferente, novo que o aluno tem fora da sua casa.

- Referências
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LAVAL, Christian Laval. *A escola não é uma empresa*. Londrina: Editora Planta, 2004.
- PARO, Vitor Henrique. *Gestão Democrática da escola pública*. São Paulo: Ática, 1997.



MUITO OBRIGADO

cjcarminati@hotmail.com